



Práxis Educativa (Brasil)

ISSN: 1809-4031

praxiseducativa@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

Melero Bello, Isabel; Aparecida Jacomini, Márcia; Pedra Minhoto, Maria Angélica
Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações
Práxis Educativa (Brasil), vol. 9, núm. 2, julio-diciembre, 2014, pp. 369-393
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89430983005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações

Education policy research in Brazil (2000-2010): an analysis of theses and dissertations

Investigación en políticas educativas en Brasil (2000-2010): un análisis de las tesis y disertaciones

Isabel Melero Bello*

Márcia Aparecida Jacomini**

Maria Angélica Pedra Minhoto***

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre a produção da Pós-Graduação brasileira na área de políticas educacionais. Para tanto, foram coletadas informações de 1.305 teses e dissertações no Banco de Teses da CAPES produzidas no período 2000-2010. A partir do levantamento e tendo como referência pesquisas similares, observou-se que o tema “Estado, suas ações e políticas” ainda é o eixo mais pesquisado, mantendo tendências anteriores. Verificou-se que a produção da Pós-Graduação em Educação concentra-se na região sudeste, seguida da região sul, do centro-oeste, do nordeste e do norte. Por fim, foram identificadas duas tendências na área: poucos programas e orientadores concentram elevado número de trabalhos e várias linhas de pesquisa dividem o restante da produção, não sendo identificadas como referências para a área.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Produção acadêmica. Pós-Graduação.

Abstract: This paper aims to present an analysis of the production of the Brazilian postgraduate programs in the educational policy area. Therefore, information from 1,305 theses and dissertations found at CAPES database produced in the 2000-2010 period was collected. From this survey and having as reference similar researches, it was observed that the theme “State, its actions and policies” is still the most researched one, keeping past trends. It was observed that the production of postgraduate education is concentrated in the Southeast region, followed by the Southern region, the Midwest, and Northeast and North. Finally, two trends were identified in the area: a few programs

* Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: <isabel_bello@yahoo.com.br>

** Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: <marciaajacomini@uol.com.br>

*** Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: <mminhoto@gmail.com>

and mentors concentrate large numbers of works and several research lines divide the remaining of the production, not being identified as references to the area.

Keywords: Educational policies. Academic production. Postgraduate studies.

Resumen: El objetivo de este trabajo es presentar un análisis sobre la producción de los programas de posgrado de Brasil en el área de la política educativa. Para esto, se construyó una base de datos con 1.305 tesis de doctorado y disertaciones de maestría tomadas desde el sitio web de CAPES producidas en el período 2000-2010. A partir del relevamiento y teniendo en cuenta como referencia investigaciones similares, se observó que el tema “Estado, sus acciones y políticas” es el eje más estudiado en el campo, manteniendo las tendencias del pasado. También se verificó que la producción de conocimiento del campo en posgraduación en educación se concentra en la región sureste, seguida de la región sur, luego del centro-oeste, nordeste y norte. Por último, se identificaron dos tendencias: pocos programas y directores de tesis y disertaciones concentran la mayor cantidad de orientaciones y varias líneas de investigación se dividen en el resto de la producción académica, aunque no se identifican como referencias para el campo.

Palabras clave: Políticas educativas. Producción académica. Posgraduación.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar dados e resultados de um estudo interinstitucional, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esse estudo dispõe de uma equipe de docentes e estudantes provenientes de seis instituições públicas de ensino superior, situadas em cinco estados do país. Esse grupo tem entre as suas maiores preocupações compreender como está sendo estruturada a produção de conhecimento em Política Educacional, especialmente a partir de programas de Pós-Graduação em Educação. Assim como Tello (2013a), entende-se “produção de conhecimento” como aquela que possui algumas características específicas, a saber: “o recorte de um objeto de estudo, uma metodologia específica, algum tipo de busca de informação e um entrecruzamento de ideias conceituais com as informações ou observações realizadas pelo investigador” (TELLO, 2013a, p. 764).

Também é foco de preocupação do grupo de pesquisa compreender os problemas que afligem a área, como já sinalizado por outros autores (TELLO, 2012, 2013a; MAINARDES, 2009), assim como suas potencialidades. Um dos

problemas apontados por esses autores refere-se à falta de precisão teórica e metodológica identificada na produção acadêmica na área educacional e, em particular, no campo de Política Educacional. Charlot (2006) também chama a atenção para os problemas epistemológicos que a área da pesquisa educacional enfrenta, uma tendência que se nota também no Brasil. Em concordância com o autor, compreende-se que, na Educação, circulam conhecimentos, práticas e políticas de origens diversas. Sem entrar na discussão sobre a possibilidade e/ou a necessidade de se delimitar a área com conceitos e métodos de pesquisa próprios, acredita-se que, no atual estágio, é fundamental a realização de estudos sobre as principais características da produção acadêmica em Educação, tanto para delinear seus pontos fortes e fracos, quanto para elucidar elementos que possam contribuir para o seu fortalecimento, com as devidas definições e precisões que isso requer - ainda que tais estudos tenham de estabelecer focos específicos, dada a amplitude dos trabalhos que se alojam sob a área.

Ao escolher as produções em políticas educacionais, buscou-se, também, um diálogo com a construção do campo das políticas públicas no Brasil, do qual aquelas fazem parte. Tomando como base o estudo de Melo (1999), que se dedicou a explicitar a construção do campo de políticas públicas no país, entre os anos de 1970 e 1990, e de como o Estado normalmente aparece como o principal ator nas pesquisas que o constituem - seja em uma visão restrita ou ampliada de Estado (GRAMSCI, 1968) -, buscou-se verificar, na presente pesquisa, em que medida a constatação do autor permanece válida no que se pode chamar de subcampo das políticas públicas aqui em tela: as políticas educacionais. Para Melo (1999, p. 65):

Do ponto de vista de sua institucionalização, o campo de estudo de políticas é bastante incipiente no Brasil, e sua genealogia intelectual, [...] é relativamente curta. No Brasil observam-se aspectos comuns à trajetória europeia continental – no sentido das ciências sociais distanciarem-se da gestão de governo e que a análise de políticas esteve associada a entidades governamentais -, e muitos trabalhos na área, sobretudo os que estão associados à avaliação de políticas, foram e continuam sendo realizados por instituições governamentais.

Apesar dessa constatação, o autor destaca a importância da criação do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da UNICAMP, em 1984, e do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em 1983, primeiras iniciativas diretamente vinculadas a instituições universitárias. Em certa medida, essas iniciativas têm contribuído para modificar o foco da compreensão tradicional dos estudos de políticas públicas como análise ou avaliação das ações do governo (SOUZA, 2003) e ampliar tanto a participação de outros atores como o papel do Estado.

Essas características constituíram-se como ponto de partida para a realização da atual pesquisa, cujos dados gerais, classificação das teses e dissertações por eixo e respectivos orientadores serão apresentados, neste artigo, com o objetivo de contribuir para a compreensão da construção do campo das políticas educacionais no país. Para compor o *corpus* de análise, foram selecionadas todas as teses e as dissertações produzidas no período de 2000 a 2010, no âmbito de programas de Pós-Graduação em Educação cuja nota de avaliação da CAPES foi igual ou superior a cinco no triênio 2008-2010. Os programas selecionados estão nas seguintes instituições de ensino: PUC-RJ, UERJ, UFMG, PUC-RS, UFF, UNISINOS, USP, PUC-SP, UFES, UFG, UFPeI, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFRN, UFSCar, UFU, UNESP-Marília, UNICAMP e UNIMEP. Em 2012, realizou-se a coleta dos dados no banco de teses da CAPES, no âmbito de cada programa de Pós-Graduação selecionado, sendo levantados 1.305 trabalhos com base nos eixos apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Eixos temáticos e palavras utilizadas na coleta

EIXO TEMÁTICO	PALAVRAS UTILIZADAS NA COLETA DOS TRABALHOS
1- Organização, planejamento, administração e gestão da educação.	planejamento; organização da educação; planejamento educacional; administração
2- Avaliação em larga escala e avaliação institucional.	avaliação educacional; avaliação da educação; avaliação na educação; avaliação em educação; avaliação externa; avaliação institucional; avaliação em larga escala; avaliação de larga escala; exame nacional; Saeb; Prova Brasil; Provinha Brasil
3- Qualidade da educação e do ensino.	qualidade da educação; qualidade de ensino
4- Estado e reformas educacionais, neoliberalismo na educação, terceiro setor e organizações sociais na educação, análise e avaliação de políticas educacionais.	Estado; reformas educacionais; reforma do Estado; neoliberalismo na educação
5- Políticas de formação de professor e carreira docente.	formação de professor; formação docente; licenciatura; trabalho docente; profissionalização docente; carreira docente; magistério; remuneração docente; piso salarial do magistério; salário do professor
6- Financiamento da educação e controle social do financiamento da educação.	financiamento; controle social; gasto público e educação; FUNDEF; FUNDEB; recursos públicos; Conselho de Acompanhamento; Controle Social do FUNDEB; Conselho de Acompanhamento do FUNDEF

continua

conclusão

EIXO TEMÁTICO	PALAVRAS UTILIZADAS NA COLETA DOS TRABALHOS
7- Abordagens teórico-metodológicas em pesquisas sobre políticas educacionais.	abordagens teórico-metodológicas; pesquisa; políticas públicas; políticas educacionais; educação; produção em políticas educacionais; programas de educação
8- Análise e avaliação de programas e projetos no campo educacional.	educação permanente; educação superior; ensino superior
9- Políticas inclusivas.	programas; assistência ao estudante

Fonte: Organizado pelas autoras com base no Banco de dados.

Faz-se necessário mencionar que os nove eixos foram inicialmente organizados com base em uma classificação presente no projeto submetido às agências de fomento. Entretanto, após iniciado o processo de coleta dos dados e realizada uma análise preliminar, a definição dos eixos foi reformulada. Assim, as categorias expostas no Quadro 1 foram consolidadas após um processo de análise dos resumos de um primeiro lote de trabalhos. Tal procedimento teve importantes consequências, visto que, após a redefinição dos eixos e das respectivas palavras usadas para a busca, foi preciso voltar à etapa inicial, realizar nova coleta no banco da CAPES, confirmar e excluir trabalhos selecionados na primeira etapa do processo, bem como agregar novas teses e dissertações. Vale destacar a decisão de não se classificar os trabalhos pelos níveis, etapas e modalidades de ensino sobre os quais versam, mas por eixos temáticos, o que considerou a incidência, o alcance e a transversalidade das políticas sobre todos os sistemas de ensino do país.

Ainda em relação à forma de coleta, cabe informar que, entre as teses e as dissertações encontradas no banco da CAPES para cada grupo de palavras, foram selecionadas aquelas que estavam vinculadas a programas de Pós-Graduação em Educação e consideradas pelos pesquisadores, com base na leitura do resumo, como estudos sobre políticas educacionais. Tomando como referência a distinção feita por Martins (1993) entre educação e política educacional, entende-se esta como o conjunto de propostas que dão organicidade ao processo de escolarização direcionadas às instituições de ensino. Assim, foram selecionados os trabalhos que faziam referência direta ao estudo de políticas na área da educação. A título de elucidar o procedimento, a escolha dos trabalhos do eixo sobre formação de professores, por exemplo, foi direcionada àqueles cujo resumo deixava claro ser um trabalho sobre política de formação de professores ou sobre carreira docente e não todos os trabalhos do banco que tratavam de formação de professores nos diferentes aspectos que o tema comporta.

Faz-se necessário mencionar, também, a existência de teses e de dissertações sobre o tema das políticas educacionais em programas de Pós-Graduação que não são da área de educação e que, embora não tomem parte da presente pesquisa, mostram que as políticas educacionais não são objeto de preocupação exclusivo dos pesquisadores em educação e têm se constituído em objeto de estudo transversal a diversos campos do conhecimento e da ciência em nosso país.

A partir desses esclarecimentos e posicionamentos iniciais, o presente artigo foi organizado em três partes, além desta introdução. Primeiramente, discute-se a construção do campo da política educacional no Brasil, tendências e perspectivas para a área. Na sequência, os resultados da pesquisa são apresentados sob a forma de gráficos, tabelas e quadros. Com esses dados, as principais tendências são evidenciadas, assim como as lacunas identificadas. Trata-se, neste momento, de uma apresentação panorâmica do campo que será aprofundada por meio de outras produções do grupo de pesquisa. Por fim, nas considerações finais, faz-se uma análise dos dados apresentados, assim como se indicam novas possibilidades e necessidades da área.

Construção do campo da política educacional no Brasil

Como dito na introdução deste artigo, a construção do campo de estudos e de pesquisas em políticas educacionais possui interface tanto com a grande área denominada Educação quanto com as pesquisas em políticas sociais, especialmente o campo das políticas públicas. A consideração das políticas educacionais como uma unidade de análise e de pesquisa acadêmica é recente no Brasil. A partir dos anos de 1990, alguns estudos têm debatido a necessidade de construção desse campo e apresentado dificuldades que precisam ser superadas tendo em vista a sua consolidação (SOUZA, 2003; MELO, 1999; AZEVEDO; AGUIAR; 2001; MAINARDES; FERREIRA; TELLO, 2011).

No âmbito educacional, a criação da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e do GT “Estado e Política Educacional” (GT 05) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) foram iniciativas fundamentais na constituição e na construção do campo de estudo e pesquisa em políticas educacionais.

Embora esses grupos tenham impulsionado a realização de pesquisas distintas das conduzidas e/ou controladas pela esfera governamental, de modo geral os estudos restringiram-se a analisar a formulação e a implementação de políticas no âmbito das ações do governo, mantendo, assim, a tradição dos estudos das políticas públicas. Se por um lado essa tendência é compreensível, posto que as políticas públicas são produzidas, principalmente pela ação dos governos; por outro é fundamental indicar os limites desses estudos, especialmente no que

se refere a pouca importância dada aos processos políticos que permeiam tanto a formulação e a implementação das políticas públicas como a participação de outros sujeitos sociais.

Se as políticas forem compreendidas como ações sistemáticas que visam a garantia de direitos constitucionais para o pleno exercício da cidadania, sua elaboração, sua implantação e sua implementação podem e devem ser protagonizadas não somente por governos, mas também pelo Estado que envolve um amplo conjunto de instituições. Assim, as políticas educacionais devem ser entendidas e estudadas como movimentos complexos, com participação de diferentes sujeitos sociais, cujas ações e comportamentos repercutem no conjunto da sociedade.

Como esta pesquisa privilegiou a coleta de dados no banco de teses da CAPES, cabe situar o leitor em relação à construção da Pós-Graduação a partir da década de 1960, mesmo que de forma breve, dado os limites deste texto. Embora existissem cursos de Pós-Graduação antes de 1965, foi nesse ano que a Câmara de Ensino Superior (CES), do então Conselho Federal de Educação, aprovou o parecer nº 977 que instituiu oficialmente a Pós-Graduação no Brasil (CURY, 2005). Nestes quase 50 anos, o número de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* passou de 38 na década de 1960 (SANTOS; AZEVEDO, 2009) para 5.550, em 2013, com 3.733 programas de Pós-Graduação¹.

Nesse período, sucederam-se quatro Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), além do atual PNPG 2011-2020. Os três primeiros incidiram respectivamente sobre os períodos de 1975-1979, 1982-1985, 1986-1989. O que deveria ter sido o quarto PNPG tramitou em discussões nacionais na década de 1990, mas não foi oficializado, portanto o quarto plano acabou incidindo sobre o período de 2005-2010 (SANTOS; AZEVEDO, 2009). Os PNPG têm como finalidade traçar metas e objetivos para a Pós-Graduação com base em uma análise do momento histórico e das necessidades do país em termos educacionais e de desenvolvimento, além de refletir certo viés ideológico e político, a depender do grupo instalado no governo.

No documento de 1975, dos 17 cursos de mestrado existentes em educação não havia nenhum específico sobre políticas educacionais. O tema passou a ser estudado de forma crítica somente a partir dos anos de 1980, com o processo de redemocratização do país (SANTOS; AZEVEDO, 2009). Assim, percebe-se que a pesquisa no campo das políticas educacionais no Brasil é recente, e, como lembra Mainardes (2009), ainda não possui referenciais analíticos consistentes. Contudo, é uma área que vem crescendo em termos de produção de teses, dissertações e publicações. Por esse motivo, é fundamental que o debate sobre

¹ Fonte: Capes, dados atualizados 06/11/2003, disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarGrandeArea>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

questões teórico-metodológicas da análise de políticas públicas sejam debatidas (MAINARDES, 2009). Nesse sentido, um dos principais desafios dos pesquisadores da área é “[...] deixar seu compromisso com os valores influenciar sua pesquisa, e, ao mesmo tempo, ser escrupuloso em não descobrir simplesmente o que gostariam de encontrar” (GEWIRTZ; CRIBB, 2011, p. 117).

Outro aspecto importante para a consolidação do campo é a atenção dada à estrutura social para que as pesquisas não sejam compreendidas apenas a partir de uma perspectiva explicativa que justifique a política educacional por ela mesma. Ou seja, é preciso relacionar a parte com a qual se está ocupado nos estudos com o macrocontexto (POWER, 2011), fazer dialogar a parte com o todo. Para isso é fundamental avançar além dos estudos setorializados e construir redes de pesquisadores que possibilitem ampliar tanto o escopo da pesquisa quanto o aprofundamento teórico e metodológico.

Por fim, é fundamental aos pesquisadores de políticas educacionais o conhecimento de aspectos centrais do processo educativo no interior da escola para compreender as políticas educacionais na perspectiva de sua contribuição com as finalidades da educação escolar.

Pesquisas sobre Política Educacional: características gerais

Neste item, os trabalhos selecionados na pesquisa e categorizados conforme mostrado no Quadro 1 serão analisados a fim de compreender-se a configuração do campo ao longo do período 2000-2010. Para tal, foram conduzidas análises comparativas tendo em vista o trabalho organizado por Wittmann e Gracindo (2001) sobre a produção em Políticas e Gestão da Educação no período 1991-1997, dada a similaridade em relação ao objeto deste estudo, assim como em relação à metodologia adotada. Além disso, foi possível perceber as recorrências e as mudanças pelas quais a área passou ao longo de um período de quase 20 anos. Contudo, é importante destacar que as comparações aqui realizadas foram consideradas de forma relativa, pois, embora tenham similaridades, são pesquisas que também resguardam especificidades na forma de coleta dos dados. Ou seja, não são pesquisas que usaram métodos idênticos, o que permitiria indicar as tendências de forma mais objetiva.

A partir das informações obtidas no banco de teses da CAPES, foram construídos gráficos e tabelas com o objetivo de informar as principais características dos trabalhos produzidos no período de 2000 a 2010 sobre políticas educacionais nos programas de Pós-Graduação que compõem a pesquisa.

Dos 1.305 trabalhos selecionados, 869 (67%) são dissertações de mestrado e 436 (33%) são teses de doutorado. Durante o período em tela, prevaleceu

maior o número de dissertações, mas, proporcionalmente, houve maior crescimento de teses. De acordo com a Tabela 1, o crescimento do número de dissertações foi de aproximadamente 220% e o de teses foi de 447%. Esse crescimento de teses indica tendência já observada por Macedo e Sousa (2010) ao estudarem o estado da arte da pesquisa em educação no Brasil. As autoras afirmam que “[...] como vem ocorrendo desde 1965, a produção de dissertações e teses cresceu ao longo do último triênio. A maior parte dela ainda se dá em instituições federais, especialmente no que concerne aos cursos de doutorado” (MACEDO; SOUSA, 2010, p. 168).

Tabela 1 - Titulação dos trabalhos por ano de defesa

Ano		Natureza		Total
		Mestrado	Doutorado	
2000	Número	45	17	62
	% Por Ano de Defesa	72,6%	27,4%	100,0%
	% Por Natureza	5,2%	3,9%	4,8%
2001	Número	46	16	62
	% Por Ano de Defesa	74,2%	25,8%	100,0%
	% Por Natureza	5,3%	3,7%	4,8%
2002	Número	67	14	81
	% Por Ano de Defesa	82,7%	17,3%	100,0%
	% Por Natureza	7,7%	3,2%	6,2%
2003	Número	55	24	79
	% Por Ano de Defesa	69,6%	30,4%	100,0%
	% Por Natureza	6,3%	5,5%	6,1%
2004	Número	76	25	101
	% Por Ano de Defesa	75,2%	24,8%	100,0%
	% Por Natureza	8,7%	5,7%	7,7%
2005	Número	74	45	119
	% Por Ano de Defesa	62,2%	37,8%	100,0%
	% Por Natureza	8,5%	10,3%	9,1%
2006	Número	85	35	120
	% Por Ano de Defesa	70,8%	29,2%	100,0%
	% Por Natureza	9,8%	8,0%	9,2%
2007	Número	95	61	156
	% Por Ano de Defesa	60,9%	39,1%	100,0%
	% Por Natureza	10,9%	14,0%	12,0%
2008	Número	111	63	174
	% Por Ano de Defesa	63,8%	36,2%	100,0%
	% Por Natureza	12,8%	14,4%	13,3%

continua

conclusão

Ano		Natureza		Total
		Mestrado	Doutorado	
2009	Número	115	60	175
	% Por Ano de Defesa	65,7%	34,3%	100,0%
	% Por Natureza	13,2%	13,8%	13,4%
2010	Número	100	76	176
	% Por Ano de Defesa	56,8%	43,2%	100,0%
	% Por Natureza	11,5%	17,4%	13,5%
Total	Número	869	436	1305
	% Por Ano de Defesa	66,6%	33,4%	100,0%
	% Por Natureza	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Organizada pelas autoras com base no banco de dados.

De forma semelhante, a pesquisa organizada por Wittmann e Gracindo (2001), que incidiu sobre o período entre 1991 e 1997, analisou a produção da área considerando teses e dissertações, mas também relatórios de pesquisa produzidos por docentes. Foram selecionados 922 trabalhos, nessa pesquisa, assim distribuídos: 588 dissertações (63,8%), 103 teses (11,2%) e 231 pesquisas docentes (25,1%). De forma comparativa, percebe-se que, no período 2000-2010, o número de teses produzidas, em termos percentuais, sofreu um aumento significativo em relação a 1991-1997. Já a produção de dissertações manteve-se praticamente constante nos dois períodos.

Das 20 instituições que atendiam aos critérios desta pesquisa, foram coletados trabalhos sobre políticas educacionais em 19 programas de Pós-Graduação; destes apenas dois apresentam maior número de teses que dissertações no período. São os programas da USP e da PUC-RS, conforme evidenciado na Tabela 2. Por sua vez, não foram localizados trabalhos dessa natureza na PUC-SP.

Tabela 2 - Titulação dos trabalhos por IES

INSTITUIÇÃO		Natureza		Total
		Mestrado	Doutorado	
FEUSP	Número	44	51	95
	% Por Instituição	46,3%	53,7%	100,0%
	% Por Natureza	5,1%	11,7%	7,3%
PUC RJ	Número	45	33	78
	% Por Instituição	57,7%	42,3%	100,0%
	% Por Natureza	5,2%	7,6%	6,0%
PUC RS	Número	5	6	11
	% Por Instituição	45,5%	54,5%	100,0%
	% Por Natureza	0,6%	1,4%	0,8%

continua

continuação

INSTITUIÇÃO		Natureza		Total
		Mestrado	Doutorado	
UERJ	Número	86	23	109
	% Por Instituição	78,9%	21,1%	100,0%
	% Por Natureza	9,9%	5,3%	8,4%
UFES	Número	33	1	34
	% Por Instituição	97,1%	2,9%	100,0%
	% Por Natureza	3,8%	0,2%	2,6%
UFF	Número	35	12	47
	% Por Instituição	74,5%	25,5%	100,0%
	% Por Natureza	4,0%	2,8%	3,6%
UFG	Número	50	9	59
	% Por Instituição	84,7%	15,3%	100,0%
	% Por Natureza	5,8%	2,1%	4,5%
UFMG	Número	50	18	68
	% Por Instituição	73,5%	26,5%	100,0%
	% Por Natureza	5,8%	4,1%	5,2%
UFPeI	Número	6	1	7
	% Por Instituição	85,7%	14,3%	100,0%
	% Por Natureza	0,7%	0,2%	0,5%
UFPR	Número	65	8	73
	% Por Instituição	89,0%	11,0%	100,0%
	% Por Natureza	7,5%	1,8%	5,6%
UFRGS	Número	65	49	114
	% Por Instituição	57,0%	43,0%	100,0%
	% Por Natureza	7,5%	11,2%	8,7%
UFRJ	Número	28	14	42
	% Por Instituição	66,7%	33,3%	100,0%
	% Por Natureza	3,2%	3,2%	3,2%
UFRN	Número	27	19	46
	% Por Instituição	58,7%	41,3%	100,0%
	% Por Natureza	3,1%	4,4%	3,5%
UFSCar	Número	45	19	64
	% Por Instituição	70,3%	29,7%	100,0%
	% Por Natureza	5,2%	4,4%	4,9%
UFU	Número	48	4	52
	% Por Instituição	92,3%	7,7%	100,0%
	% Por Natureza	5,5%	0,9%	4,0%
UNESP-Mar	Número	25	20	45
	% Por Instituição	55,6%	44,4%	100,0%
	% Por Natureza	2,9%	4,6%	3,4%

continua

conclusão

INSTITUIÇÃO		Natureza		Total
		Mestrado	Doutorado	
UNICAMP	Número	105	92	197
	% Por Instituição	53,3%	46,7%	100,0%
	% Por Natureza	12,1%	21,1%	15,1%
UNIMEP	Número	49	22	71
	% Por Instituição	69,0%	31,0%	100,0%
	% Por Natureza	5,6%	5,0%	5,4%
UNISINOS	Número	58	35	93
	% Por Instituição	62,4%	37,6%	100,0%
	% Por Natureza	6,7%	8,0%	7,1%
TOTAL	Número	869	436	1305
	% Por Instituição	66,6%	33,4%	100,0%
	% Por Natureza	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Organizada pelas autoras com base no banco de dados.

Observa-se na Tabela 3, a seguir, que a maior proporção dos trabalhos foi classificada no eixo 4. Em parte, isso pode ter ocorrido porque o eixo congregou o maior espectro de temas, conforme pode ser visto no Quadro 1. Na outra ponta estão os trabalhos do eixo 7 que abordam questões teóricas e metodológicas das pesquisas sobre políticas educacionais, sendo esta uma questão fundamental para a consolidação do campo, conforme argumentam Mainardes, Ferreira, Tello (2011).

Tabela 3 - Número de teses e dissertações por eixo

Eixo		Natureza		Total
		Mestrado	Doutorado	
1- Organização, planejamento, administração e gestão da educação.	Número	191	71	262
	% Por Eixo	72,9%	27,1%	100,0%
	% Por Natureza	22,0%	16,3%	20,1%
2- Avaliação em larga escala e avaliação institucional.	Número	50	31	81
	% Por Eixo	61,7%	38,3%	100,0%
	% Por Natureza	5,8%	7,1%	6,2%
3- Qualidade da educação e do ensino.	Número	32	15	47
	% Por Eixo	68,1%	31,9%	100,0%
	% Por Natureza	3,7%	3,4%	3,6%
4- Estado e reformas educacionais, neoliberalismo na educação, terceiro setor e organizações sociais na educação, análise e avaliação de políticas educacionais.	Número	211	146	357
	% Por Eixo	59,1%	40,9%	100,0%
	% Por Natureza	24,3%	33,5%	27,4%

continua

conclusão

Eixo		Natureza		Total
		Mestrado	Doutorado	
5- Políticas de formação de professor e carreira docente.	Número	132	73	205
	% Por Eixo	64,4%	35,6%	100,0%
	% Por Natureza	15,2%	16,7%	15,7%
6- Financiamento da educação e controle social do financiamento da educação.	Número	36	22	58
	% Por Eixo	62,1%	37,9%	100,0%
	% Por Natureza	4,1%	5,0%	4,4%
7- Abordagens teórico-metodológicas em pesquisas sobre políticas educacionais.	Número	10	12	22
	% Por Eixo	45,5%	54,5%	100,0%
	% Por Natureza	1,2%	2,8%	1,7%
8- Análise e avaliação de programas e projetos no campo educacional.	Número	141	34	175
	% Por Eixo	80,6%	19,4%	100,0%
	% Por Natureza	16,2%	7,8%	13,4%
9- Políticas inclusivas.	Número	66	32	98
	% Por Eixo	67,3%	32,7%	100,0%
	% Por Natureza	7,6%	7,3%	7,5%
Total	Número	869	436	1305
	% Por Eixo	66,6%	33,4%	100,0%
	% Por Natureza	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Organizada pelas autoras com base no banco de dados.

Um aspecto interessante sobre o eixo 7 é o de possuir um número maior de teses que de dissertações, o que não ocorre em nenhum outro eixo. O baixo volume de trabalhos presente no eixo tende a confirmar o diagnóstico de carência de reflexão acerca de bases teóricas e metodológicas sólidas para a realização de pesquisas que contribuam com o avanço do conhecimento, ou seja, que tenham relevância científica. A questão central que se coloca, portanto, é o fato de que poucos pesquisadores vêm se dedicando a essa temática, o que dificulta a superação da falta de rigor teórico-metodológico presente nos trabalhos não só sobre políticas educacionais, mas também na grande área da Educação.

Os eixos 1, 4, 5 e 8 são os que contemplaram mais de uma centena de trabalhos, mostrando tendência aos estudos voltados a analisar os seguintes temas: Estado e reformas educacionais, neoliberalismo na educação, terceiro setor e organizações sociais na educação, análise e avaliação de políticas educacionais; organização, planejamento, administração e gestão da educação; políticas de formação de professores e carreira docente; análise e avaliação de programas e projetos no campo educacional.

Ao se observar, de forma comparativa, a pesquisa organizada por Wittmann e Gracindo (2001), percebe-se que algumas categorias assemelham-se às aqui apresentadas para o período 2000-2010. É o caso do eixo 5, “Políticas de

formação de professor e carreira docente”, que, naquela pesquisa, foi denominado de “Profissionais da Educação: formação e prática”, e do eixo 6, “Financiamento da educação e controle social do financiamento da educação” (2013) e “Financiamento da Educação” (2001). Nesses casos, o número de trabalhos produzidos mostrou uma tendência a manter a representatividade da amostra nos dois períodos (1991-1997 e 2000-2010). Contudo, alguns temas destacaram-se no período 2000-2010, como é o caso do eixo “Políticas inclusivas”, o qual, na pesquisa de 2001, fazia parte da categoria “Direito à Educação e Legislação de Ensino”, mas que, no período 2000-2010, ganha maior espaço nas produções acadêmicas. O mesmo ocorre com o eixo “Qualidade da educação” que, no trabalho de Wittmann e Gracindo (2001), é um subitem da categoria “Políticas de educação: concepções e programas”.

Assim, percebe-se que, no período 2000-2010, alguns temas começam a ganhar maior relevância em virtude das alterações sofridas nas respectivas áreas, inclusive, por força da lei, como parece ser o caso, por exemplo, da obrigatoriedade de inclusão de alunos com necessidades especiais em salas regulares, determinada pela Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), dando maior destaque ao tema e às ações decorrentes dos dispositivos legais, despertando o interesse dos pesquisadores.

Na sequência, a tabela 4 mostra a produção das instituições por eixo, em termos numéricos e percentuais.

Tabela 4 - Distribuição dos trabalhos das IES por eixo

IES	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Eixo 6	Eixo 7	Eixo 8	Eixo 9	Total por IES
UNICAMP	40	16	6	67	29	9	0	22	8	197
	20,30%	8,10%	3,00%	34,00%	14,70%	4,60%	0,00%	11,20%	4,10%	100,00%
UFRGS	8	5	3	35	22	11	0	13	17	114
	7,00%	4,40%	2,60%	30,70%	19,30%	9,60%	0%	11,40%	14,90%	100,00%
UERJ	18	5	7	27	14	1	7	13	17	109
	16,50%	4,60%	6,40%	24,80%	12,80%	0,90%	6,40%	11,90%	15,60%	100,00%
USP	16	6	2	33	10	9	1	13	5	95
	16,80%	6,30%	2,10%	34,70%	10,50%	9,50%	1,10%	13,70%	5,30%	100,00%
UNISINOS	21	7	3	25	7	2	0	20	8	93
	22,60%	7,50%	3,20%	26,90%	7,50%	2,20%	0,00%	21,50%	8,60%	100,00%
PUC RJ	11	3	15	14	12	2	1	13	7	78
	14,10%	3,80%	19,20%	17,90%	15,40%	2,60%	1,30%	16,70%	9,00%	100,00%
UFPR	18	5	4	13	13	2	0	13	5	73

continua

conclusão

IES	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Eixo 6	Eixo 7	Eixo 8	Eixo 9	Total por IES
	24,70%	6,80%	5,50%	17,80%	17,80%	2,70%	0,00%	17,80%	6,80%	100,00%
UNIMEP	17	3	0	22	14	3	1	11	0	71
	23,90%	4,20%	0,00%	31,00%	19,70%	4,20%	1,40%	15,50%	0,00%	100,00%
UFMG	8	5	1	19	12	2	0	15	6	68
	11,80%	7,40%	1,50%	27,90%	17,60%	2,90%	0,00%	22,10%	8,80%	100,00%
UFSCar	22	5	2	21	4	2	2	3	3	64
	34,40%	7,80%	3,10%	32,80%	6,30%	3,10%	3,10%	4,70%	4,70%	100,00%
UFG	14	3	0	16	10	5	0	8	3	59
	23,70%	5,10%	0,00%	27,10%	16,90%	8,50%	0,00%	13,60%	5,10%	100,00%
UFU	17	4	0	17	5	1	0	6	2	52
	32,70%	7,70%	0,00%	32,70%	9,60%	1,90%	0,00%	11,50%	3,80%	100,00%
UFRN	9	2	0	18	11	1	0	0	5	46
	19,60%	4,30%	0,00%	39,10%	23,90%	2,20%	0,00%	0,00%	10,90%	100,00%
UFF	6	0	0	9	12	2	0	12	6	47
	12,80%	0,00%	0,00%	19,10%	25,50%	4,30%	0,00%	25,50%	12,80%	100,00%
UNESP-Mar	17	5	2	7	6	1	5	2	0	45
	37,80%	11,10%	4,40%	15,60%	13,30%	2,20%	11,10%	4,40%	0,00%	100,00%
UFRJ	15	3	0	3	12	3	4	0	2	42
	35,70%	7,10%	0,00%	7,10%	28,60%	7,10%	9,50%	0,00%	4,80%	100,00%
UFES	2	2	0	6	11	1	0	8	4	34
	5,90%	5,90%	0,00%	17,60%	32,40%	2,90%	0,00%	23,50%	11,80%	100,00%
PUC RS	2	2	2	3	1	0	0	1	0	11
	18,20%	18,20%	18,20%	27,30%	9,10%	0,00%	0%	9,10%	0%	100,00%
UFPEL	1	0	0	2	0	1	1	2	0	7
	14,30%	0%	0%	28,60%	0%	14,30%	14,30%	28,60%	0%	100,00%
TOTAL	262	81	47	357	205	58	22	175	98	1305
	20,10%	6,20%	3,60%	27,40%	15,70%	4,40%	1,70%	13,40%	7,50%	100,00%

Fonte: Organizada pelas autoras com base no banco de dados.

De acordo com a categorização adotada na pesquisa, percebe-se que os trabalhos sobre políticas educacionais têm sido desenvolvidos com mais frequência em três programas de Pós-Graduação em Educação: UNICAMP (do estado de São Paulo), UFRGS (do estado do Rio Grande do Sul) e UERJ (do estado do Rio de Janeiro). Ao se observar a quantidade de trabalhos em cada

eixo, notam-se cinco com menos de 100 trabalhos no período, com destaque para os eixos sobre qualidade e abordagens teórico-metodológicas, com menos de 50 cada um.

Como mencionado anteriormente, os quatro eixos com o maior número de trabalhos são os que tratam da organização, planejamento e gestão da educação (eixo 1 – 262 trabalhos); Estado e reformas educacionais, neoliberalismo na educação, terceiro setor e organizações sociais na educação, análise e avaliações de políticas educacionais (eixo 4 – 357); políticas de formação de professor e carreira docente (eixo 5 – 205); análise e avaliação de programas e projetos no campo educacional (eixo 8 – 175). Observa-se nesses quatro eixos tendência de trabalhos voltados ao estudo de políticas governamentais, com ressalva ao fato de que entre os trabalhos do eixo 4 estejam presentes os que se dedicaram a estudar o terceiro setor e as organizações sociais na educação.

Essa tendência também foi verificada na pesquisa de Azevedo e Aguiar (2001) que estudou a produção apresentada no GT 5 da Anped no período de 1993 a 2000. Também corrobora o que foi verificado no estudo de Melo (1999) sobre políticas públicas. Contudo, será necessário um trabalho mais sistematizado com os resumos das teses e das dissertações para detalhar essa tendência observada nos dados gerais desta pesquisa.

Explorando ainda os aspectos gerais dos 1.305 trabalhos, apresentam-se, a seguir, alguns dados sobre as linhas de pesquisa. Foram organizadas na Tabela 5 as linhas de pesquisa por instituição, de acordo com o levantamento feito no banco de teses da CAPES:

Tabela 5 - Número de Linhas de Pesquisa por IES

Instituição	Número de Linhas	Percentual
UNICAMP	21	11%
UFF	20	10%
UERJ	15	8%
UNISINOS	15	8%
UFSCar	14	7%
UFMG	12	6%
UFPR	12	6%
USP	11	6%
PUC RS	9	5%
UFU	9	5%
UFES	8	4%
UFG	8	4%

continua

conclusão

Instituição	Número de Linhas	Percentual
UFRJ	8	4%
UFRN	8	4%
UNESP-Mar	8	4%
UNIMEP	7	4%
UFRGS	5	3%
UFPEl	3	2%
Total	193	100%

Fonte: Organizada pelas autoras com base no banco de dados.

Em média, os programas apresentam, no período, 10 linhas de pesquisa em que se verifica a existência de estudos sobre políticas educacionais, sendo a mediana de nove linhas de pesquisa e a moda² de oito. Esses números parecem reforçar a ideia de que os programas de educação mais bem avaliados pela CAPES são em geral também os mais antigos, com um número maior de linhas de pesquisa. Contudo, cabe informar que o número de linhas de pesquisa presentes na Tabela 5 não reflete o número total de linhas presentes nos programas, visto que, além de algumas incompatibilidades entre os dados coletados no banco de teses da CAPES e o verificado nos *sites* das universidades envolvidas³, pode haver linhas cadastradas no período que não apresentaram qualquer estudo classificado como de políticas educacionais.

Ainda, em relação à distribuição de teses e de dissertações pelas 193 linhas de pesquisa encontradas no período, verificou-se, como mostra a Tabela 6, que há apenas um trabalho classificado como de política educacional em mais de um terço das linhas de pesquisa (71 linhas), evidenciando a dispersão e a baixa produção das linhas na área. Pode-se verificar uma produção um pouco mais substantiva em 27 linhas de pesquisa, que apresentam mais de 10 trabalhos no período. De forma geral, observa-se que a produção da área encontra-se pulverizada nos programas de Pós-Graduação, ocorrendo concentração mais significativa em aproximadamente 14% das linhas de pesquisa.

² Média, mediana e moda são medidas estatísticas de tendência central de um conjunto de dados. A média é a soma de todos os valores numéricos do conjunto de dados dividido pelo número de elementos do conjunto. A mediana indica o valor central desse conjunto de dados e a moda consiste no valor mais frequente observado no conjunto.

³ Pesquisa realizada nos *sites* dos programas em 23/10/2013.

Tabela 6 - Relação de Linhas de Pesquisa *versus* número de trabalhos produzidos em Política Educacional (2000-2010)

Número de linhas de pesquisa	Número de trabalhos produzidos por linha de pesquisa (M/D)	Total de trabalhos
71	1	71
32	2	64
18	4	72
14	3	42
8	5	40
6	7	42
6	6	36
4	15	60
4	12	48
4	10	40
4	9	36
3	29	87
3	8	24
2	55	110
1	98	98
1	65	65
1	41	41
1	39	39
1	35	35
1	34	34
1	32	32
1	28	28
1	27	27
1	26	26
1	18	18
1	17	17
1	14	14
1	11	11
Não Informado	48	48
Total (linhas): 193	Total (trabalhos):	1.305

Fonte: Organizada pelas autoras com base no banco de dados.

A Tabela 7 apresenta o nome das linhas de pesquisa responsáveis pela produção de mais de 10 trabalhos na área e a instituição onde foram credenciadas.

Tabela 7 - Relação linha de pesquisa/instituição

LINHA DE PESQUISA	INSTITUIÇÃO	MAIS DE 10 TRABALHOS
Políticas de formação, políticas e gestão da educação	UFRGS	98
Planejamento educacional, políticas e gestão educacional	UNICAMP	65
Estado, sociedade e educação	USP	55
Política e gestão da educação	UNIMEP	55
Educação, relações sociais e construção democrática	PUC-RJ	41
Educação, história e políticas	UNISINOS	39
Políticas e gestão da educação	UFPR	35
Políticas públicas de educação	UFMG	34
Políticas e gestão em educação	UFU	32
Estado e política educacional	UFG	29
Política educacional, administração de sistemas educativos e unidades escolares	UNESP-Mar	29
Filosofia e educação	UNICAMP	29
Política e práxis da educação	UFRN	28
Cotidiano e cultura escolar	UERJ	27
Conhecimento, autonomia e participação	UERJ	26
Políticas e instituições educacionais	UFRJ	18
Sociedade, cultura e educação	UNICAMP	17
Formação de professores: tendências e dilemas	PUC-RJ	15
Educação inclusiva e processos educacionais	UERJ	15
Formação do professor, currículo e ensino superior	UNICAMP	15
Políticas públicas e educação	UNICAMP	15
Mudanças no mundo do trabalho e educação	UFPR	14
Processos culturais, instâncias da socialização e a educação	PUC-RJ	12
História, sociedade, cultura e políticas educacionais	UFES	12
Currículo e linguagem	UFRJ	12
Estado, políticas e gestão educacional	UFSCar	12
Educação e processos de exclusão social	UNISINOS	11

Fonte: Organizada pelas autoras com base no banco de dados.

De acordo com a Tabela 7, a UNICAMP foi a instituição em que a área de políticas educacionais foi pesquisada por um número mais diversificado de linhas de pesquisa, a saber: Planejamento educacional, políticas e gestão educacional; Filosofia e educação; Sociedade, cultura e educação; Formação do professor,

currículo e ensino superior; Políticas públicas e educação. É importante ressaltar que, nesse caso em particular, há diferenças entre a denominação e o número de linhas de pesquisa levantadas no banco de teses da CAPES e os dados fornecidos pelo endereço eletrônico da UNICAMP: das cinco linhas de pesquisa identificadas no banco da CAPES, somente a linha “Políticas públicas e educação” é citada na página eletrônica da Faculdade de Educação da UNICAMP. Não se pretende aqui apresentar todos os casos que estão nessa mesma situação, mas sim chamar a atenção sobre alguns dos problemas detectados no banco de teses da CAPES durante a realização da pesquisa, já que se configura como principal fonte de informações sobre a produção da Pós-Graduação brasileira.

Outra informação trazida pela Tabela 7 refere-se à variação de linhas de pesquisa que produziram trabalhos relacionados às Políticas Educacionais, ainda que essa temática não seja, a princípio, seu foco principal. É o caso, por exemplo, das linhas “Cotidiano e cultura escolar” (UERJ), “Educação inclusiva e processos educacionais” (UERJ), “Formação de professores: tendências e dilemas” (PUC-RJ) e “Currículo e linguagem” (UFRJ). É uma situação que foi identificada na pesquisa e que necessita de mais estudos para sua compreensão.

Ainda, analisando-se a Tabela 7, observa-se que, nos casos da PUC-RJ, UNISINOS, UFPR, UFRJ e UERJ, duas linhas de pesquisa ocuparam-se da produção de trabalhos na área, seguidos das demais instituições. Chama a atenção, nesse último grupo, o número de trabalhos produzidos por uma única linha de pesquisa: trata-se da linha de pesquisa da UFRGS denominada “Políticas de formação, políticas e gestão da educação” que produziu, no período 2000-2010, 98 trabalhos. Essa situação explica-se, em parte, pelo número de orientações de alguns docentes que fazem parte de seu quadro, como mostra a Tabela 8.

A Tabela 8 apresenta a relação dos 21 docentes que, no período analisado, orientaram 10 trabalhos ou mais. Ao todo são 280 orientações de teses e de dissertações realizadas por esse grupo, o que representa 21,45% do total de trabalhos levantados nesta pesquisa. Dentre os orientadores com 10 ou mais orientações no período, destacam-se: Cleiton de Oliveira (UNIMEP/UNICAMP), com 20 orientações; Flavia Werle (UNISINOS), com 19 orientações; José Rus Perez (UNICAMP) e Maria Beatriz Luce (UFRGS), com 18 orientações cada um.

Percebe-se, por fim, que há instituições que apresentam grande produção na área, em suas várias linhas de pesquisa, com vários docentes envolvidos. É o caso da UERJ. Isso revela a constituição de uma identidade da instituição com essa área específica de conhecimento. Em outras instituições, por sua vez, essa identidade não está caracterizada, pois a produção concentrou-se sob a orientação de poucos docentes, não sendo, portanto, o foco principal das linhas de pesquisa.

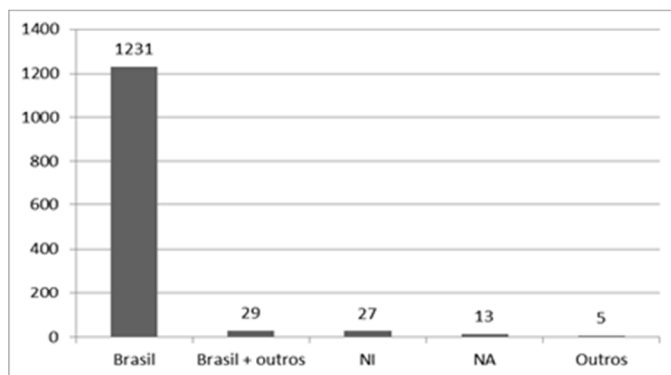
Tabela 8 - Relação de orientadores com dez (10) ou mais orientações por IES e Eixo

Orientador	IES	Eixo 1		Eixo 2		Eixo 3		Eixo 4		Eixo 5		Eixo 6		Eixo 7		Eixo 8		Eixo 9		Total
		M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	
Cleiton de Oliveira	UNIMEP	5	2	-	-	-	-	5	1	-	-	-	1	-	-	4	1	-	-	19
Cleiton de Oliveira	UNICAMP	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Flavia Obino C. Werle	UNISINOS	10	-	-	2	-	-	2	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19
Jose Roberto Rus Perez	UNICAMP	1	4	2	1	1	-	2	-	2	-	1	-	-	-	3	1	-	-	18
Maria Beatriz M. Luce	UFRGS	1	2	-	-	-	-	5	5	1	2	-	-	-	-	1	-	-	1	18
Valdemar Sguissardi	UNIMEP	1	-	2	-	-	-	3	3	1	1	-	2	-	-	2	-	-	-	15
Raquel Pereira C. Gandini	UNIMEP	4	3	1	-	-	-	2	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
Alicia Maria Catalano de Bonamino	PUC-RJ	2	2	-	-	2	3	1	-	1	-	-	-	-	-	4	-	-	-	15
Marcelo Soares P. da Silva	UFU	6	-	-	-	-	-	4	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Maria do Carmo de L. Peixoto	UFMG	1	-	1	-	-	-	4	1	-	1	-	-	-	-	4	-	1	-	13
Berenice Corsetti	UNISINOS	3	-	2	-	-	-	2	2	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	12
Luiz Carlos de Freitas	UNICAMP	1	2	1	3	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	1	-	-	12
Vera Maria Vidal Peroni	UFRGS	1	2	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	12
Dalila Andrade Oliveira	UFMG	2	2	-	-	-	-	1	2	3	1	-	-	-	-	1	-	-	-	12
Joao Ferreira Oliveira	UFG	3	2	1	1	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	11
Nalú Farenzena	UFRGS	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	8	1	-	-	-	-	-	-	11
Jose Luis Sanfelice	UNICAMP	-	1	1	-	-	-	1	3	2	2	-	-	-	-	-	1	-	-	11
Luiz Fernandes Dourado	UFG	2	1	-	-	-	-	5	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	11
Sandra Zakia Lian Sousa	FEUSP	1	-	2	3	-	-	1	2	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	11
Sonia Giubilei	UNICAMP	2	2	-	-	-	-	-	1	2	2	-	1	-	-	-	1	-	-	11
Newton Antonio P. Bryan	UNICAMP	2	2	-	-	-	-	3	1	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	11
Rubens Barbosa de Camargo	FEUSP	3	1	-	-	-	-	-	1	-	-	4	1	-	-	-	-	-	-	10
Total de orientadores: 21																				Total de trabalhos: 280

Fonte: Organizada pelas autoras com base no banco de dados.

A seguir, apresentam-se os dados sobre a distribuição dos trabalhos segundo o país estudado:

Gráfico 1 - Número de trabalhos por país estudado



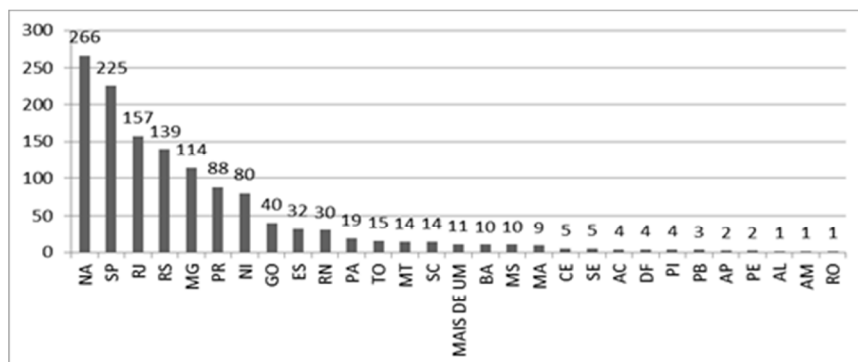
Fonte: Organizado pelas autoras com base no banco de dados.

Legenda: NI - não indicado/NA - não se aplica.

No que se refere ao número de trabalhos por país pesquisado, percebe-se que os pesquisadores voltaram-se, eminentemente, à realidade brasileira: do total de resumos de teses e de dissertações selecionadas, 1.231 (94,3%) concentraram-se no Brasil, como mostra o Gráfico 1. Os estudos comparativos internacionais, apesar de terem ficado em segundo lugar, com 29 trabalhos (2,2%), tiveram um pequeno aumento em relação ao período 1991-1997 (0,2%) e revelam o baixíssimo investimento dos programas de Pós-Graduação em pesquisas sobre política educacional comparada, bem como em intercâmbios internacionais. Mais interesse pelas políticas educacionais em âmbito internacional poderia inclusive auxiliar na delimitação do campo no país, dando contornos mais específicos às características próprias da política brasileira. Já o Gráfico 2 apresenta dados sobre a produção distribuída por estado.

De acordo com o gráfico 2, percebe-se a concentração dos trabalhos nos estados do sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e sul (Rio Grande do Sul e Paraná). Não se pode ignorar, em relação a esses dados, a alta concentração de programas de Pós-Graduação nessas regiões em detrimento às demais (SOUSA; BIANCHETTI, 2007). Vale destacar que essa situação seguiu a tendência já identificada no período 1991-1997 por Wittmann e Gracindo (2001). Ou seja, revela que a falta de investimento nos programas de Pós-Graduação nas demais regiões do país pelo Estado permanece, evidenciando-se a continuidade da desigualdade na produção e na distribuição do conhecimento em nosso país.

Gráfico 2 - Número de trabalhos por estado estudado



Fonte: Organizado pelas autoras com base no banco de dados.

Legenda: NI - não indicado/NA - não se aplica.

Considerações finais

Mediante as análises preliminarmente aqui apresentadas, percebe-se que, de modo comparativo às pesquisas de porte semelhante, realizadas em períodos anteriores, algumas tendências têm se mantido. Assim como verificado por Wittmann e Gracindo (2001) no período 1991-1997, observou-se, no período 2000-2010, um crescimento na produção de trabalhos da Pós-Graduação brasileira na área de Políticas Educacionais. Dessa produção, percebe-se o aumento do número de teses. É, assim, uma área que vem crescendo, como também observado Mainardes (2009).

Em relação aos eixos que mereceram maior atenção dos pesquisadores, o Estado e as suas ações ainda é o principal foco das pesquisas na área de políticas educacionais nos programas de Pós-Graduação em Educação do país, como também observado por Melo (1999). É o caso, por exemplo, das políticas de inclusão, que ganham destaque no período analisado.

No que se refere à localização da produção dos programas de Pós-Graduação na área, os dados indicam a concentração em algumas regiões e a escassez em outras, fenômeno que se intensificou no período. Essa é uma situação preocupante, pois o presente estudo indica ampliação da já histórica desigualdade de produção de conhecimento entre as regiões do país, reproduzindo o fenômeno em que justamente as regiões que mais necessitam de análises e dados sobre suas condições são as que menos aparecem como objetos de pesquisa. Este estudo revela, ainda, que essa tendência mantém-se ao passar dos anos, ao invés de caminhar para um equilíbrio maior, tanto entre as regiões como dentro dos programas de Pós-Graduação, com algumas exceções.

No que se refere à aspirada articulação entre linha de pesquisa, projetos de docentes e produção discente, pode-se afirmar que o campo da Política Educacional ainda precisa avançar. A grande pulverização, com baixa produção de teses e dissertações por linha de pesquisa, evidencia tal fragilidade na área: das 193 linhas identificadas na pesquisa, 71 delas só produziram um trabalho no período 2000-2010, ou seja, aproximadamente 37% de todos os trabalhos levantados.

É preciso, por fim, ressaltar que outras análises estão sendo desenvolvidas por esse grupo de pesquisa a fim de compreender melhor o que tem sido produzido pela área. A produção de cada eixo é um exemplo dos esforços que o grupo tem feito para entender a área e contribuir na sua estruturação. Também merece destaque a importância de uma análise minuciosa sobre os resumos, em especial, os aspectos referentes às questões teórico-metodológicas das teses e das dissertações ou nos termos apresentados por Tello (2013b) sobre perspectiva e posicionamento epistemológico e enfoque epistemológico.

Como estudo preliminar, neste texto, buscou-se apresentar um panorama geral do período 2000-2010 sem pretender esgotar a discussão.

Referências

AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. Â. A produção do conhecimento sobre política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n.77, p. 49-70, dez. 2001. DOI: 10.1590/S0101-73302001000400004

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (Capes). **Cursos e Programas de pós-graduação**, 2013. Disponível em: <[http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarArea&codigoGrandeArea=700000000&descricaoGrandeArea=CI%CANCIA+HUMANAS+](http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarArea&codigoGrandeArea=700000000&descricaoGrandeArea=CI%CANCIA+HUMANAS+>)>. Atualizado em: 06/11/2013. Acesso em: 17 out. 2013.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p.7-18, jan./abr. 2006. DOI: 10.1590/S1413-24782006000100002

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 7-20, set./dez. 2005. DOI: 10.1590/S1413-24782005000300002

GEWIRTZ, S.; CRIBB, A. O que fazer a respeito de valores na pesquisa social: o caso da reflexibilidade ética na Sociologia da Educação. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 100-122.

GRAMSCI, A. **Maquiavel a política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MACEDO, E.; SOUSA, C. P. de. A pesquisa em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 166-176, jan./abr. 2010. DOI: 10.1590/S1413-24782010000100012

- MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan./abr. 2009.
- MAINARDES, J.; FERREIRA, M. S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamento e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-172.
- MARTINS, C. **Política educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): ciência política**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 59-99.
- POWER, S. O detalhe e o macrocontexto: o uso da teoria centrada no Estado para explicar práticas e políticas educacionais. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 54-77.
- SANTOS, A. L. F. dos; AZEVEDO, J. M. L. de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 534-550, set./dez. 2009. DOI: 10.1590/S1413-24782009000300010
- SOUSA, S. S.; BIANCHETTI, L. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: o protagonismo da ANPEd. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 389-409, set./dez. 2007. DOI: 10.1590/S1413-24782007000300002
- SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.
- TELLO, G. C. Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2012. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.7i1.0003
- TELLO, G. C. La producción de conocimiento en política educacional: entre los nuevos modos de producción de conocimiento y el EEPE. **Revista Diálogo Educativo**, Curitiba, v. 13, n. 39, p. 749-770, mai./ago. 2013a. DOI: 10.7213/diálogo.educ.10212
- TELLO, G. C. **Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013b.
- WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Orgs.). **Políticas e gestão da educação (1991-1997)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001. (Série Estado do Conhecimento, n. 5). Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/publicações>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

Recebido em 20/11/2013

Versão final recebida em 31/03/2014

Aceito em 10/04/2014